

## Memória Social: diferentes aspectos de um campo em construção

PINTO, Diana S.; FARIAS, Francisco R. de (orgs.). *Novos apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

### **Denise dos Santos Rodrigues**

Doutora em Ciências Sociais pela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e  
Doutoranda em Filosofia também pela UERJ  
denise.rodrigues@oi.com.br

### **Mariza da Gama Leite de Oliveira**

Doutoranda em Educação pela  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
marizagama@ig.com.br

#### **Para citar esta resenha:**

RODRIGUES, Denise dos Santos; OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. Memória Social: diferentes aspectos de um campo em construção. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 400-405, jan./jun. 2014.

**DOI: 10.5965/1984723815282014400**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723815282014400>

O surgimento da imprensa, principalmente a partir do século XV, quando o processo gráfico foi aprimorado por Johannes Guttenberg, foi um dos fatores que revolucionou a memória ocidental. Se antes disso dificilmente se distinguia a transmissão oral da transmissão escrita, a imprensa trouxe, conforme Le Goff (2003, p. 452-469) a “exteriorização progressiva da memória individual”. Entre os diversos traços que marcam essa revolução, para este autor, está a necessidade de festas nacionais, instrumentos de suportes para comemorações, a construção de monumentos de lembrança, a abertura de museus e as fotografias. Assim, a memória é “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

O livro *Novos Apontamentos em Memória Social*, lançado em 2012, avança no debate acadêmico sobre o campo da Memória Social, estabelecido no século XX, ocupando-se das questões emergentes. A publicação é constituída por onze artigos que perpassam a problemática recorrendo a campos distintos das Ciências Humanas, como a Filosofia, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Educação, Comunicação e Artes, entre outros. Nas suas 209 páginas, os organizadores Diana de Souza Pinto e Francisco Ramos de Farias, professores do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO), se dispõem a contribuir para a redução da escassez de estudos sistemáticos sobre a Memória Social, através da abordagem multidisciplinar.

O capítulo inicial, *Memória Social e temporalidade retroativa*, de Francisco Ramos de Farias, traça uma reflexão sobre a elaboração freudiana do conceito de temporalidade, definido como *a posteriori*, para pensar a Memória Social no escopo do saber psicanalítico, fundamentando a reflexão sobre a questão do esquecimento e da lembrança, temas que reaparecem em outros textos deste volume. Em seguida, sem a pretensão de estabelecer um conceito de Memória Social, visto que além de complexo, está em constante processo de construção, Antonio José Barbosa de Oliveira, em *Multiplicidade de sentidos para a construção de um conceito de Memória Social*, se aprofunda nas relações que se estabelecem a partir do esquecimento, relacionando-o

com as instituições, partindo da premissa de que o esquecimento é parte constitutiva da memória.

O terceiro artigo, *Os fios da memória: costuras deleuzianas*, de Wanessa Canellas, leva a temática da Memória Social para o campo da Filosofia, percebendo a comunicação entre as diferentes teorias como um *patchwork*. Um documentário de Gilles Deleuze, destacando a relação entre tempo, movimento e criação, serve como inspiração. Este filme apresenta a discussão da percepção dos espaços onde o corpo se desenvolve e se movimenta, o que Deleuze explora através da metáfora da viagem. Este autor critica as condições de viagem do “*pobre intelectual*” que se desloca para falar antes com as pessoas que o recebem e, depois, com aquelas que o ouviram, o que orienta sua reflexão sobre o tempo. Deleuze enfatiza que viajar não significa necessariamente ruptura e que, para viajar não é preciso sair do lugar, o que pode ser percebido na produção literária de Stevenson. Assim, o nômade, que se apega à sua terra desertificada, da qual não quer sair, é capaz de atravessar fronteiras, ajustando sua vestimenta, bem como a própria casa ao espaço externo no qual se move, ao contrário do sedentário, que tende a fixar-se, sem mudar. Tudo o que fixa, sufoca, bloqueia a criação, a invenção. Na perspectiva da interlocução desses conceitos com o de memória, o cinema torna-se emblemático para Deleuze, representando aquilo que armazena a memória em movimento, um arquivo de um tempo que se perpetua através da imagem fragmentada que passa. O filme, tal qual a memória, registra o que já passou, mas que ali ainda vive.

Passando a discussão para o campo da Estética, Wolfgang Fritz Bock, em *Espaço, arte e pensamento em Walter Benjamin*, analisa o conceito de Estética como a arte do deslocamento, da condensação, da suspensão, do pensamento, levando a sério as condições de cada um desses espaços particulares, bem como o fato de que nem sempre permanecem particulares. Assim, sua abordagem se concentra nos estados de transição. A incursão no campo das Artes também está no artigo de Rita Frechette, *Surrealismo: quando a memória encontra a arte*, que privilegia uma das grandes mudanças do século XX com o advento dos movimentos de vanguarda da década de 1920, como aquele liderado pelo poeta André Breton. Para a autora, aquela época é marcada pela contradição das possibilidades que emergiram das invenções tecnológicas com as marcas deixadas pela

guerra, entre as quais as incertezas de um novo tempo e o desencantamento com a natureza humana. O Surrealismo traduz esse confronto nas suas influências psicanalíticas, evidenciando o papel do inconsciente na criação artística, quando a “memória da busca do homem pela expressão mais profunda do seu ser”. Então o artista busca enxergar além do real, o surreal.

O espaço urbano também tem seu lugar nesse debate, através do artigo *A imagem de posses sucessivas: os meios de hospedagem e a Casa Brasileira*, de Myriam Elisa Melchior Pimentel, que reconstrói a memória arquitetônica preservada nos edifícios de hospedagem, problematizando a associação da “crença no progresso” com a produção da imagem do Brasil para o consumo turístico. A seguir, o artigo *Memórias anônimas: uma navegação entre conceitos e artefatos digitais*, de Camila Guimarães Dantas e Vera Dodebei, investiga dois projetos de registros digitais a fim de identificar como estes podem colocar questões para o modelo teórico sobre a Memória Social, proposto pioneiramente por Maurice Halbwachs. Este autor acredita que a memória individual, referida a uma intuição sensível, existe sempre a partir da memória coletiva, considerando que as lembranças são produzidas dentro de um grupo. Então, a origem de várias ideias e sentimentos é inspirada pelo grupo.

O urbanismo também está no artigo de Márcia Cristina da Silva Sousa, *Uma coleção de achados e perdidos: memória dos cinemas de rua da cidade do Rio de Janeiro*, relacionando memória com a construção e transformação do patrimônio. Neste caso, o fenômeno do esvaziamento dos cinemas de rua da Cidade do Rio de Janeiro, o que poderia ser solucionado se tais espaços fossem preservados como uma coleção, um ato comum da existência humana. Apesar das características e motivações particulares de cada cultura, a autora percebe esse esvaziamento como um processo mundial da atualidade. Ele ocorre, entre outros fatores a partir da inserção da televisão no cotidiano, do aumento dos preços dos ingressos, mas também, da mudança de lugar das salas de projeção, que saem das calçadas das ruas para os *shoppings*, considerados uma nova versão desse cinema de rua.

O debate filosófico volta à cena do artigo, com base na construção do pensamento de Michel Foucault, colocando em foco a produção da subjetividade e o ato

de resistência. De acordo com este autor, o indivíduo não é um sujeito pronto e trabalhado, sofrendo a ação de forças que se exercem sobre ele, o que está relacionado à biopolítica. O poder, da perspectiva foucaultiana, é uma rede de relações e de resistência. Onde há poder, há resistência e se produzem formas distintas de subjetivação. No artigo *A produção de memória, o pensamento de Foucault e a questão da subjetividade*, Lizete Quelha de Souza ressalta que a produção da memória é subscrita por vários sujeitos, que se agrupam conforme suas afinidades, numa composição acidental, não havendo, portanto, um domínio hegemônico. Assim, há vários poderes na produção da memória, os quais, esporadicamente, podem confrontar-se nos seus discursos, nos seus múltiplos saberes. A cultura é entendida, aqui, como uma criação de grupos humanos que, então, se relacionam e aprimoram sua existência num contínuo processo criativo. Adiante, em *Experiência traumática: a constituição de memória nos cenários do crime e da loucura*, o último artigo, seus três autores, Diana de Souza Pinto, Francisco Ramos de Farias e Jô Gondar, recuperam o pensamento de Foucault para correlacionar a questão da memória com as instituições de reclusão. Este filósofo destacou-se, sobretudo, por abordar as práticas de certas instituições em relação ao sujeito, verificando a semelhança entre os modelos que determinam a limitação do grupo social. É nesse caso que se enquadram os cenários do crime e da loucura, em que os excluídos, em geral, são vistos sempre com desconfiança, confinados em instalações disciplinares, consideradas seguras, as instituições totais. Essas instituições guardam arquivos documentais que constituem sua memória, registrando percepções diversas, discursos dos sujeitos que nelas transitam e convivem. Diante disso, os autores se convencem da impossibilidade da construção da memória sem referência a um espaço específico, como aquele do crime e da loucura, por exemplo, nos quais são registrados os fenômenos de certo momento histórico, de uma determinada produção cultural. Os autores concluem que o viver no cárcere requer profundas adaptações, que incidem na saúde psíquica do sujeito e, assim, requer uma atenção particular.

O penúltimo artigo, *IBGE: memória e história de uma instituição*, de Nadya Maria Deps Miguel e Evelyn Goyannes Dill Orrico, lembra o contexto histórico da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e os atores que dele participaram,

situando este processo na construção da memória da sociedade brasileira com base, principalmente, nos dados censitários. A criação da instituição é inserida na segunda faceta da memória, que para além de um fenômeno individual e psicológico, é também um fenômeno social; uma instituição que se destina a coletar e organizar informações sobre o Brasil e os brasileiros, de modo a subsidiar a elaboração de políticas públicas e a permitir que o seu povo se reconheça como unidade territorial e simbolicamente coesa.

Após enfrentarmos o desafio de resenhar obra de tão grande complexidade, concluímos que os autores conseguiram demonstrar que o fato de não haver uma teoria hegemônica que oriente o campo da Memória Social de forma sistemática, não significa que este seja carente de rigor acadêmico; preocupação sinalizada na apresentação.

## Referências

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª. edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

PINTO, Diana S.; FARIAS, Francisco R. de (orgs.). *Novos apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

Recebido em: 30/11/2013

Aprovado em: 21/02/2014

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE

Revista Linhas

Volume 15 - Número 28 - Ano 2014

revistalinhas@gmail.com